

## RECENSÃO

### **A Inglaterra espera que cada historiador cumpra o seu dever**

Filipe Ribeiro de Meneses

Historiador, National University of Ireland, Maynooth

Niall Ferguson – *The Pity of War: Explaining World War One*

New York, Basic Books, 1998, 563 p.

Ao subintitular o seu livro *Explaining World War One*, Niall Ferguson está a definir a Grande Guerra como um fenómeno capaz de ser entendido na sua totalidade e, como tal, explicado a uma audiência. A escolha de semelhante título indica que, para Ferguson, ninguém antes dele entendeu o fenómeno e que, assim sendo, a explicação completa e complexa da guerra foi um feito apenas sonhado, mas nunca realizado, em oitenta anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial. Ferguson resume a «explicação» da guerra às respostas a dez perguntas que ele próprio identifica como sendo as chaves do mistério que a guerra encerra, e após ter respondido a essas dez perguntas chega à conclusão de que a Primeira Guerra Mundial foi o maior erro da História contemporânea, a fonte de todos os males que se lhe seguiram no século xx: por outras palavras, que a guerra foi «a pity».

Mesmo concordando com a validade do projecto, e aceitando a escolha das dez perguntas como razoável (Mas porquê estas dez? E porquê dez?), somos forçados a chegar à conclusão de que Ferguson acaba por explicar muito pouco, e por toda uma série de razões. A primeira delas é o seu inegável anglo-centrismo, por de trás do qual se esconde um motivo político claro: a justificação intelectual da desconfiança com que muitos britânicos vêem o projecto europeu. A revisão da participação britânica no conflito é um projecto historiograficamente válido, mas não deve ser apresentado como uma história comparativa da Primeira Guerra Mundial. Mais: tal estudo deve existir por si só, e não para servir de âncora ao tipo de eurofobia manifestado ainda este ano por Margaret Thatcher ao afirmar que, durante a sua vida, todos os males que afectaram o Reino Unido tiveram a sua origem no continente europeu e que todas as soluções vieram da grande comunidade de povos de língua inglesa. Segundo Ferguson, a Grã-Bretanha não deveria ter entrado no conflito de 1914, e sem essa intervenção a guerra teria terminado com um rápido triunfo alemão, antes da radicalização dos objectivos de guerra verificada a partir de Setembro de 1914. Assim sendo, a principal consequência dessa hipotética vitória alemã seria a criação, no continente europeu, de uma comunidade europeia semelhante à dos nossos dias, enquanto a Grã-Bretanha continuaria à frente do seu vasto império, sem se ressentir do esforço financeiro efectuado de 1914 a 1918. Tal afirmação demonstra claramente o ponto de vista político de Ferguson. Para lá de uma nostalgia imperial,

existe a difamação de todo o projecto da União Europeia. Sugerir que uma comunidade económica europeia imposta pelas armas alemãs após uma guerra europeia seria igual à construída desde o fim da Segunda Guerra Mundial é negar à ue qualquer legitimidade democrática e contribuir significativamente para o afastamento britânico do seu coração.

A criação de um Zollverein europeu foi um plano discutido frequentemente na Alemanha guilhermina porque uma tal estrutura internacional, se imposta pela força, permitiria ao mesmo tempo a exportação de produtos industriais para um enorme mercado europeu e a protecção da produção cerealífera alemã, da qual dependiam os rendimentos dos junkers prussianos, manifestamente incapazes de competir com os produtores russos e americanos. Tal comunidade europeia funcionaria assim para satisfazer a indústria, essencial para o bem-estar da economia alemã, e a posição social e política de uma elite condenada à extinção se tivesse de operar num mercado livre. Tudo isto é ignorado por Ferguson. Pior ainda: Ferguson não demonstra que a criação de uma tal comunidade económica era o único objectivo de guerra alemão em Julho e Agosto de 1914, como não demonstra que sem o minúsculo corpo expedicionário britânico a França teria sido incapaz de resistir à ofensiva alemã, travada finalmente nas margens do rio Marne, até Setembro, quando Bethmann-Hollweg elaborou pela primeira vez os seus objectivos de guerra. O famoso «plano de Setembro» era muito mais ambicioso do que a mera criação de uma comunidade económica europeia; nele o Chanceler alemão escreveu: «o objectivo geral desta guerra é segurança para o Reich alemão, a Leste e a Oeste, para todo o futuro imaginável. Para tal fim, a França tem de ser suficientemente enfraquecida de forma a que o seu renascimento como uma grande potência seja impossível. A Rússia deverá ser empurrada o mais longe possível da fronteira oriental da Alemanha e o seu domínio sobre os povos vassais não-russos deverá ser quebrado».

O resto de *The Pity of War* consiste essencialmente num resumo de argumentos conhecidos, porque apresentados já por historiadores da Grande Guerra, e que, apesar de bem redigido, revela omissões importantes. Não é novidade para ninguém que o exército alemão foi o mais eficiente da guerra (embora o autor não consiga responder à pergunta por ele próprio formulada sobre este assunto – porque é que tal superioridade não resultou numa vitória militar decisiva?). A mais flagrante omissão em *The Pity of War* é qualquer discussão das muitas e variadas ligações entre os soldados na frente de combate e as respectivas retaguardas. Os soldados nas trincheiras sabiam o que se passava na retaguarda através da correspondência particular, das licenças, e da imprensa. Assim sendo, as condições enfrentadas pelas suas famílias eram uma preocupação constante; não foi uma coincidência o facto de os motins no exército francês em 1917 terem ocorrido ao mesmo tempo que uma onda de greves entre as costureiras de Paris, cuja repressão, segundo os boatos nas trincheiras, o governo tinha entregue a tropas indochinesas. Negar a importância (como faz Ferguson) do facto das mulheres alemãs terem sofrido mais com a guerra do que outros grupos sociais, pois as mulheres não fazem revoluções, é profundamente errado. A incapacidade dos governos alemães em assegurarem um nível de vida equivalente ao de Junho de 1914 durante o curso das hostilidades teve muito a ver com a quebra do moral do exército alemão em 1918: muitos soldados desapareceram das suas unidades porque sabiam que a sua presença era necessária na retaguarda, onde as famílias estavam a passar por dificuldades cada vez maiores para se abastecerem para mais um Inverno de guerra.

Ferguson afirma também que a economia de guerra alemã foi mais eficiente do que se costuma pensar, com menos greves do que as suas rivais e com uma maior produtividade entre os operários. Mais uma vez, porém, uma simples leitura de estatísticas económicas não chega para «explicar» a guerra. A natureza política das democracias ocidentais conduziu a um maior entendimento entre governos e sindicatos, e até mesmo à inclusão de socialistas nos executivos de guerra. Para poder fazer face ao inimigo externo, os governos dessas democracias aceitaram as consequências de uma mudança no equilíbrio político doméstico e de um maior protagonismo dos partidos socialistas e dos sindicatos, com repercussões importantes no pós-guerra. Por outras palavras, as democracias ocidentais resignaram-se à necessidade de, para ganhar a guerra, terem de acelerar o processo de reformas sociais, melhorar as condições de trabalho e de vida da população, e partilhar de uma forma mais equilibrada a riqueza nacional. A Alemanha foi incapaz de reproduzir tais reformas porque a guerra foi uma aposta que visava preservar um sistema político arcaico. Por conseguinte, as melhorias nos níveis de vida da população e as reformas políticas necessárias para as assegurar eram tidas como indesejáveis. Ferguson parece ignorar que em tempos de guerra as greves não têm todas o mesmo significado: greves por motivos económicos, toleradas nas democracias ocidentais apesar da guerra, eram muito diferentes de greves por motivos políticos e pacifistas, e a forma construtiva como foram recebidas pelos governos ajudou a criar e consolidar uma atmosfera de apoio à guerra.

Outra das questões a que Ferguson ambiciona responder, ficando o leitor com sérias dúvidas quanto à qualidade da resposta por ele dada, é a de saber porque é que os soldados suportaram os horrores das trincheiras sem desertarem ou se revoltarem. Para Ferguson, as explicações até hoje avançadas por outros historiadores – um patriotismo sincero, pressões sociais, o sistema «live and let live» entre inimigos, a lealdade para com o pelotão, e a brutalidade da disciplina militar – não são suficientes. Segundo Ferguson, há uma «verdade» que ninguém quer admitir: que grande parte dos soldados gostava de matar. Não é apresentada ao leitor, porém, qualquer prova definitiva para sustentar tal teoria: temos de nos contentar com uma rápida referência a Freud, algumas fotografias macabras, e citações de obras literárias de carácter variado e de cartas escritas por soldados. Ferguson eleva o desejo de vingança manifestado nestas citações (que pode muito bem ter sido o de vingança pessoal ou nacional) a uma verdade aplicável a toda a humanidade: a de que enquanto seres humanos contemos em nós um prazer proibido – matar outros seres humanos – cuja satisfação é suficiente para ter mantido milhões de homens em condições miseráveis e sujeitos a uma morte terrível durante, em certos casos, mais de quatro anos. Enfim, os argumentos deste livro fazem sentido sobretudo quando não são de Ferguson, mas sim de outros historiadores. Ferguson, por exemplo, não é o primeiro a afirmar que a literatura pacifista publicada durante o conflito e nas décadas que se lhe seguiram – Barbusse, Sassoon e Owen, Remarque – não foi o espelho universal dos pensamentos e motivações de todos os soldados que participaram no conflito.

Há uma excepção a esta falta de originalidade, uma área onde Ferguson se movimenta com à vontade: a história económica da Alemanha no pós-guerra. Ferguson demonstra, com algum mérito, que o Estado alemão «ganhou» a paz após ter perdido a guerra, beneficiando de vários factores para não pagar tanto as dívidas contraídas de 1914 a 1918, como as reparações impostas pelos Aliados em Versalhes. A hiperinflação e a

depressão mundial permitiram que a República de Weimar se furtasse ao pagamento, respectivamente, da dívida interna e do dever de compensar os Aliados. Ferguson tem também razão quando afirma que os termos do Tratado de Versalhes não eram nem inesperados, tendo em conta o Tratado de Brest-Litovsk (Março 1918), nem excessivamente severos, tendo em conta ainda a forma como a França pagou a indemnização imposta por Bismarck após a derrota de 1870. O erro dos Aliados, segundo Ferguson, foi o de não terem sido suficientemente determinados na exigência dos pagamentos, ocupando, como o fez o exército alemão até 1873, parte do território inimigo até que as indemnizações fossem pagas.

O anglo-centrismo de Ferguson leva-o a marginalizar a maior parte dos países que se envolveram na Primeira Guerra Mundial, sejam eles grandes ou pequenos. Países como a França, a Itália e o Império Otomano recebem menos atenção por parte de um autor que quer «explicar» a guerra do que na realidade merecem; outros países são soberbamente ignorados: Bélgica, Sérvia, Roménia, Grécia e, claro está, Portugal (o qual, segundo Ferguson, se tornou uma República em 1911). O único ponto de interesse para alguém curioso acerca da participação portuguesa na Grande Guerra surge na página 369, onde um quadro que indica a percentagem de prisioneiros de guerra em relação às baixas totais de cada país coloca Portugal em segundo lugar, com 37,2 por cento, atrás apenas da Rússia (51,2 por cento) e muito à frente da Grã-Bretanha (3,3 por cento). Tendo em conta o número elevado de ferimentos e mortes sofridos pelo exército português nas campanhas africanas, que eleva em muito a percentagem de prisioneiros nas baixas totais sofridas na frente ocidental pelos Portugueses, a quebra de moral no cep antes e durante o 9 de Abril de 1918 (La Lys) torna-se óbvia.

The Pity of War pretende funcionar a dois níveis: como uma síntese da pesquisa histórica efectuada num passado recente, como uma interpretação supostamente nova e controversa da guerra na sua totalidade. Um trabalho de síntese é pontualmente necessário num tema tão vasto como a Primeira Guerra Mundial: mas uma tal obra tem necessariamente de abranger a totalidade da experiência do conflito, e de se basear numa leitura completa da investigação recente: estes critérios não são cumpridos por Ferguson. A outra faceta deste livro, a política, baseia-se numa situação hipotética – o que teria acontecido se a Grã-Bretanha não tivesse participado na guerra – e não é, por definição, um trabalho de carácter histórico; não deve portanto ser escrito e publicado como tal. Ferguson, apesar de escrever de uma forma elegante e de forçar o leitor a rever constantemente os seus conhecimentos, acaba por não convencer, sendo interessante sobretudo não quando funciona como um historiador, mas quando reproduz, em traje novo, o argumento antieuropeísta característico do conservadorismo britânico.